

“Temos que ir para a guerra”, defende José Eduardo Cardozo

25/07/2005

A [Agência Carta Maior](#) publicou matéria sobre o debate realizado sexta-feira em São Paulo, onde o deputado petista José Eduardo Cardozo afirma que a saída da crise passa por punir todos os culpados, cortar a própria carne – independente de quem seja – e reconstruir o PT com a luta da militância e mudanças na disputa interna do partido.

José Eduardo Cardozo, que é mais um a romper com o chamado Campo Majoritário, disputa o a presidência do Diretório Municipal da capital paulista, com o apoio de diversos grupos do partido, inclusive a DS

Por Bia Barbosa

São Paulo – A Casa da Rodésia – hoje Casa da Cidade – transformou-se nos últimos anos num espaço de debates públicos acerca de grandes questões para o município de São Paulo e sobre os rumos da esquerda no país. Na noite desta sexta-feira (22), o espaço ficou pequeno para os centenas de petistas que lá se aglomeraram para discutir a crise política do governo Lula. O que se viu foi a militância de esquerda de São Paulo buscando respostas para denúncias feitas diariamente nos jornais, e tentando entender se ainda é possível encontrar uma saída para o mar de lama que parece ter assolado o Partido dos Trabalhadores. Há alternativas? Como reconstruir o PT? Quem mais está envolvido no esquema de corrupção? Lula sabia disso? Vale a pena seguir acreditando?

Para tentar responder a tantas perguntas, na mesa, o coordenador do Núcleo de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo, Ricardo de Azevedo, e o deputado federal do PT de São Paulo, José Eduardo Cardozo. Cada um da sua forma apontou as razões da crise política e formas possíveis para sua superação. Na visão do parlamentar petista, as causas da crise passam por dois segmentos: a estrutura do Estado brasileiro e a matriz do pensamento político que tem caracterizado a ação da esquerda nos últimos anos.

“Dentro da estrutura do Estado brasileiro, o país vê o Parlamento não como poder, mas como uma instância decisória que tem que homologar políticas e, portanto, ser capturado pelo Executivo. O Executivo tem como pressuposto ter uma maioria subserviente, aniquiladora do Parlamento como produtor de política. Para isso, temos que cooptar o Parlamento, e não fazer pactos programáticos. E os mecanismos para isso são fazer com que o Parlamento integre o Executivo pela indicação de cargos. Há ainda o sistema político eleitoral, onde o caixa dois é regra, seja pelo bem ou pelo mal. Imaginar que a corrupção é subjetiva e exclusiva do governante é ignorar o sistema do Estado brasileiro. Mas essa situação é assumidamente hipócrita”, afirmou Cardozo.

Já em relação à matriz do pensamento político, o PT, na sua avaliação, tem se mostrado mais conservador na ação política do que na econômica. O velho conservadorismo da esquerda teria feito com que o partido se confundisse com o governo – algo “inaceitável numa visão mais moderna e democrática de governo”. E, ao seu lado, estaria o velho conservadorismo da direita, de cooptação do Parlamento pelos métodos tradicionais.

“Tratamos com setores fisiológicos e clientelistas com a perspectiva de cooptação via indicações para cargos. Sentamos para discutir como PL de Valdemar Costa Neto, com o PP de Maluf, com o PTB de Roberto Jefferson... Essa é a nossa base. Vivemos momentos de esquisofrenia psiquiátrica; criamos amarras à ação programática partidária. Para conquistar a maioria parlamentar, tivemos que ceder espaços. E o resultado foi

que a matriz conservadora barrou a ação transformadora. Não podíamos ousar na transformação. Isso é responsável pela crise”, acredita.

Os militantes petistas também criticaram a postura do partido diante das primeiras denúncias. Primeiro, o PT acusou a direita de golpismo. Depois, se posicionou contra a CPI dos Correios, pedindo que o partido cerrasse suas fileiras. José Genoíno só entregou a presidência do PT depois que o assessor de seu irmão foi flagrado com milhares de reais na cueca. Em vez de assumir a vanguarda das investigações, o PT esperou que as denúncias se comprovassem pela ação da imprensa. Isso dificultou o diálogo com a opinião pública e colocou o partido numa posição de fragilidade dentro da CPI. “A antiga direção do PT vinha reagindo da pior forma possível. E a maioria do partido tem uma postura totalmente equivocada, de negar os fatos até que eles se imponham”, aponta Ricardo de Azevedo.

“Entramos na CPI fragilizados e desacreditados pelos erros anteriores. Iniciamos um processo de investigação sob suspeita e sem conseguir sermos ofensivos, porque ninguém acredita no que dizemos. Essa fragilidade trouxe problemas terríveis; toda vez que tentamos investigar uma situação que ultrapasse o PT, somos acusados de desviar o foco. Estamos numa corda bamba do descrédito. E isso é muito difícil”, admite Cardozo.

O caminho para superar a crise

Reverter a grave situação de instabilidade do governo Lula e reconstruir a credibilidade do Partido dos Trabalhadores são tarefas diversas, mas que devem correr em paralelo. Em médio prazo, os petistas ainda acreditam ser possível recuperar a imagem do partido. O desafio, no entanto, passaria por mudanças estruturais internas significativas. A primeira delas seria retomar a relação com os movimentos sociais, que o PT deixou de ter ao se transformar num “partido de parlamentares”. A segunda seria definir um código de ética para o PT, que, ao contrário do atual, não seja omissivo em questões como financiamento de campanhas, escolha de candidatos e escolha de delegados nas eleições internas. Outra medida seria redefinir a relação do partido com o governo Lula e, por fim, punir os envolvidos com a corrupção.

“Passamos pelo velho processo do leste europeu, em que o partido e o governo se fundiam e o partido perdia a autonomia. No nosso caso, houve uma fusão promíscua do ponto de vista orgânico e político”, acredita Azevedo. “Houve casos de corrupção em partidos socialistas na Europa, no México. Em todos eles, a crise só foi superada com a expulsão de todos os que estavam comprovadamente envolvidos. E aqui não há meio termo. Há peixes pequenos e peixes grandes, mas não podemos pactuar com isso. Senão o partido ficará sendo o partido dos corruptos. Se não houver uma resposta forte, o partido vai definhando e acabar morrendo. O PT pode seguir vegetando como os pequenos partidos, mas acho que há um patrimônio ético e político a se manter. Fomos depositários do melhor da esquerda, não só da brasileira. Ouvi dezenas de vezes dos companheiros latino-americanos que nós não podíamos falhar, porque isso teria consequências para a esquerda do mundo todo. É isso o que está em jogo. Podemos salvar o partido? É muito difícil. Mas todos temos que nos empenhar, porque o patrimônio é muito grande”, afirma Azevedo.

Esta missão quase impossível é colocada, mais uma vez, nas mãos da militância. Descrentes, envergonhados, revoltados, os petistas se vêem agora entre a difícil decisão de abandonar o barco e a tentativa, que pode parecer suicida, de enfrentar as acusações com a firmeza que o cenário exige. A bancada vermelha aposta nisso.

“Não podemos tolerar que passamos 25 anos de nossas vidas construindo uma opção de esquerda, lutando nas ruas, para que algumas pessoas joguem na lama a história do partido. Isso exige de todos nós não um abatimento. Tenho visto na militância um profundo abatimento. Isso nos leva a entregar os pontos e dizer que erramos e fracassamos. Temos que ir pra guerra. Podemos nos derrotar, mas temos que pensar no PT não como desilusão e sim como reconstrução. Quero lutar para salvar aquilo que construímos. Fomos traídos? Fomos. Mas acho possível salvar o que construímos. Para isso é preciso garra, coragem e decisão. E cortar na própria carne”, acredita Cardozo. “Todo mundo sabia que o PT estava cheio de problemas e muitos de nós se omitiram. Isso foi nos arrastando de vez. Ou a gente reverte este quadro ou o partido acabará. A gente sofre, sai arranhado, mas persiste na luta”, aposta o deputado.

Se há uma possibilidade de renovação para o Partido dos Trabalhadores, ela tem data marcada: o dia 18 de setembro, quando acontece o Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, que vai escolher os novos dirigentes municipais, estaduais e a nova Executiva do partido. Há sete chapas diferentes disputando o controle do PT. Na opinião do membro da Fundação Perseu Abramo, no dia 18 vão se confrontar duas visões: a de quem quer “recauchutar” o PT e a de quem quer mudar de verdade o partido. “Se a lógica do campo majoritário, que aceita isso, ganha o partido, não haverá espaço para o PT que quer se renovar. O PED não vai definir, mas vai abrir ou não espaço para um processo de reconstrução; você abre a possibilidade de recuperação em médio prazo. Então vamos poder, de novo, usar a estrela no peito, sair na rua e dizer que nós fizemos o que os outros não”, analisa.

Aparecendo como o momento-chave para o início da reconstrução do PT, o PED deveria ser encarado de outra forma pelo partido, avalia Cardozo. Para ele, se o diálogo entre as diferentes correntes não for promovido, o “arranjo de poder” do campo majoritário – que para a militância é responsável por problemas como o distanciamento dos movimentos sociais e o abafamento da disputa interna – será facilitado e as chances de mudança diminuem. “Os que estão de fora dizem “não” a tudo que é do campo majoritário. Ou rompemos com essa lógica ou levaremos o PT ao fim, porque ela não condiz com o momento em que vivemos. Temos que construir uma outra lógica de disputa dentro do PT, em relação aos campos programáticos, ideológicos e éticos – e não majoritários ou minoritários”, conclui.

O debate, acalorado, foi até tarde da noite. E serviu para mostrar que transformar a perplexidade que atinge a militância petista em força para a reconstrução do partido é algo factível, mas que depende de coragem da sua direção em não jogar a sujeira para debaixo do tapete e de abertura para ouvir todas as vozes que ainda compõem a base do PT e que acreditam que esta ainda continua sendo a melhor para a afirmação de um projeto alternativo de esquerda para o país.